

Nº 4

# ACESSÃO DO BRASIL À OCDE: IMPACTOS ECONÔMICOS ESPERADOS

Erik Alencar de Figueiredo

Nota da Presidência

Brasília, junho de 2022

**ipea**

## Governo Federal

### Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes



Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### Presidente

Erik Alencar de Figueiredo

#### Diretor de Desenvolvimento Institucional

André Sampaio Zuvanov

#### Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flavio Lyrio Carneiro

#### Diretor de Estudos e Políticas

##### Macroeconômicas

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

#### Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

#### Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

João Maria de Oliveira

#### Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Herton Ellery Araújo

#### Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Paulo de Andrade Jacinto

#### Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

## EQUIPE TÉCNICA

### Erik Alencar de Figueiredo

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

E-mail: <[erik.figueiredo@ipea.gov.br](mailto:erik.figueiredo@ipea.gov.br)>.

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/np4>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

- ✓ O Brasil pode esperar benefícios significativos ao aderir à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- ✓ Esses benefícios estariam associados à incorporação de um acervo de instrumentos legais e de fortalecimento institucional capaz de alavancar os indicadores de desenvolvimento econômico.
- ✓ Entre os ganhos esperados, destacam-se: i) a elevação do ritmo de crescimento da renda *per capita*; ii) o avanço nos indicadores de controle da corrupção e da qualidade regulatória; e iii) o aumento do investimento estrangeiro direto, em particular dos *Greenfield investments*.
- ✓ Ao observar a experiência dos países na acesso à União Europeia, a literatura estima um efeito sobre o produto interno bruto (PIB) entre 0,6% e 0,8%.
- ✓ Essa experiência serviu para que Canuto e Santos (2021) e Araújo Júnior (2022) sugerissem que a acesso à OCDE pode conduzir a um crescimento anual de 0,4% no PIB brasileiro. Considerando-se a perspectiva do PIB de 2021, esse aumento equivaleria a uma adição de R\$ 28 bilhões por ano na economia brasileira.
- ✓ Esse conjunto de resultados indica que o Brasil pode beneficiar-se de forma expressiva com a adesão à OCDE, uma vez que essa participação é capaz de alavancar o desenvolvimento econômico do nosso país através do aumento da renda *per capita* dos brasileiros, do crescimento dos investimentos externos e da aproximação institucional das economias avançadas.

A acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) envolve elementos que extrapolam (e muito!) a impressão pública da participação em “clube de países ricos”. Em verdade, ao aderir à OCDE, o país incorpora um acervo de instrumentos legais e de fortalecimento institucional capaz de alavancar os indicadores de desenvolvimento econômico. Diante disso, esta nota elenca os principais benefícios da acessão brasileira à OCDE, buscando mensurar os eventuais impactos desse avanço institucional sobre o comércio internacional, o investimento direto e, por conseguinte, o crescimento econômico. As evidências aqui apresentadas serão baseadas em estudos empíricos voltados para a área, um deles desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O papel das instituições sobre os indicadores de desenvolvimento é largamente reconhecido pela literatura.<sup>1</sup> Evidências contidas em Rose (2014), Busse, Königer e Nunnenkamp (2010) e Bütthe e Milner (2008) demonstram como o ingresso em instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC) pode impactar positivamente os fluxos de bens e mercadorias e de investimento estrangeiro direto dos países signatários. Modelos como o de Anderson, Larch e Yotov (2020) conectam esse benefício comercial ao crescimento econômico. Por fim, a literatura recente voltada para a redução da incerteza institucional e a política comercial indica que os ganhos advindos do ingresso na OCDE sobre o desenvolvimento podem ser ainda mais expressivos do que os indicados pela literatura empírica (Handley e Limão, 2017).

Como demonstrado em nota técnica do Ipea, o Brasil é o país não membro da OCDE com maior grau de adesão aos instrumentos normativos e que participa do maior número de comitês da organização (Araújo Júnior, 2022). Esse maior preparo prévio pode potencializar os ganhos observados pela acessão do país à OCDE, pois o Brasil encontra-se bem mais estruturado em relação aos requisitos de entrada do que o observado nos países que ascenderam à organização em 2010 (Chile, Eslovênia, Estônia e Israel). Nesse sentido, espera-se que esse avanço institucional promova:

- a elevação do ritmo de crescimento da renda *per capita*;
- o avanço nos indicadores de controle da corrupção e da qualidade regulatória, o que decorre da aproximação das regulamentações para os setores público e privado de instrumentos da OCDE já adotados em países desenvolvidos; e
- o aumento dos chamados *Greenfield investments*, isto é, investimento estrangeiro direto destinado à abertura de novas empresas ou expansão de atividades já existentes.

Para quantificar os efeitos do ingresso do Brasil na OCDE, Canuto e Santos (2021) partem da experiência da entrada dos países europeus na União Europeia (UE). Em regra geral, a participação na UE propiciou um aumento de 0,6% a 0,8% no produto interno bruto (PIB) por ano naqueles países. Em termos de PIB *per capita*, Badinger (2005) estimou um aumento de 20% em cinquenta anos (o que equivale a um aumento anual de 0,4%). Para concluir, Canuto e Santos (2021) opinam: “*we would expect Brazil’s benefits from joining the OECD not to be as large as other countries joining the EU, but not so much smaller. (...) All factors considered, a very blunt estimate of the benefits of joining the OECD would be half the average benefits of joining the EU, 0.4% of GDP per year*”. Ou seja, espera-se um incremento de 0,4% no PIB brasileiro por ano, o que equivale, em uma perspectiva de PIB de 2021, a R\$ 28 bilhões por ano.

Esse conjunto de resultados indica que o Brasil pode beneficiar-se de forma expressiva da adesão à OCDE, uma vez que essa participação é capaz de alavancar o desenvolvimento econômico do nosso país através do aumento da renda *per capita* dos brasileiros, do crescimento dos investimentos externos e da aproximação institucional das economias avançadas, o que favorece o controle da corrupção, a qualidade regulatória e a dimensão do estado de direito.

## REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D. *et al.* Democracy does cause growth. **Journal of Political Economy**, v. 127, n. 1, p. 47-100, 2019.

ANDERSON, J. E.; LARCH, M.; YOTOV, Y. Transitional growth and trade with frictions: a structural estimation framework. **Economic Journal**, v. 130, n. 630, 2020.

BADINGER, H. Growth effects of economic integration: evidence from the EU member states. **Review of World Economics**, v. 141, p. 50-78, 2005.

BUSSE, M.; KÖNIGER, J.; NUNNENKAMP, P. FDI promotion through bilateral investment treaties: more than a bit? **Review of World Economics**, v. 146, n. 1, p. 147-177, 2010.

BÜTTHE, T.; MILNER, H. V. The politics of foreign direct investment into developing countries: increasing FDI through international trade agreements? **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 4, p. 741-762, 2008.

CANUTO, O.; SANTOS, T. What can Brazil expect from joining the OCDE. **Revista Tempo e Mundo**, n. 25, p. 51-67, abr. 2021.

HANDLEY, K.; LIMÃO, N. Policy uncertainty, trade and welfare: theory and evidence for China and the U.S. **American Economic Review**, v. 107, n. 9, p. 2731-2783, 2017.

ROSE, A. Do we really know that the WTO increases trade? **American Economic Review**, v. 94, n. 1, p. 98-114, 2014.

ARAÚJO JÚNIOR, I. T. de. **Acesso à OCDE: experiências recentes e seus efeitos sobre investimento, comércio e crescimento econômico**. Brasília: Ipea, abr. 2022. (Nota Técnica Dinte, n. 49).

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Chefe do Editorial**

Aeromilson Trajano de Mesquita

#### **Assistentes da Chefia**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

#### **Revisão**

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)

Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

#### **Editoração**

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danielle de Oliveira Ayres

Danilo Leite de Macedo Tavares

Leonardo Hideki Higa

#### **Capa**

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

## **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL